

Palavras e práticas discursivas

Rinaldo Guariglia¹

¹FCL/Araraquara – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

prof.guariglia@ig.com.br

Abstract. *This paper analyzes the change of words stimulated by new discursive practices. This is a scene in which some terms become unused and they are replaced by more appropriated ones to new social statute. The subject location, the genre features and the existence of less stabilized fields control the change this words.*

Keywords. *Discursive practices; word; historical course; media; society.*

Resumo. *Este artigo analisa a transposição de palavras estimulada por novas práticas discursivas. Um cenário em que estruturas lingüísticas caem em desuso e são substituídas por outras, apropriadas a um novo estatuto social. Verifica-se que a posição do sujeito, as coerções do gênero e a existência de campos menos estabilizados regem as transposições de tais palavras.*

Palavras-chave. *Prática discursiva; palavra; historicidade; mídia; sociedade.*

1. Introdução

Este artigo analisa o fenômeno da substituição de palavras, à medida que as formações discursivas dispõem novas práticas. Trata-se da preferência por termos ou expressões convencionadas a partir de uma nova ordem sócio-histórica, em detrimento de outras estruturas lingüísticas então em desuso. Entre os setores menos estabilizados, sujeitos a essas transposições, pode-se citar aqueles vinculados às ações políticas governamentais, que contam com os meios de comunicação para veicular a nova posição. Esses campos geralmente são pertinentes a setores sociais marginais, que são alvo de ações estatais; e, por conseguinte, ganham espaços constantes na mídia. Neste cenário, a composição substituta representa toda semântica instituída pela política, pois a legitimação de novas regras parece passar pela atribuição de um novo nome. É, na verdade, um *continuum*: a substituta supera uma estrutura que outrora representou uma então nova ordem; por sua vez, a substituta de agora será provavelmente suplantada por outra futuramente.

Algumas transposições revelam que determinados nomes sofrem investida institucional devido ao fenômeno do preconceito; são corroídos socialmente, tornando-se até pejorativos. Observa-se também que a mídia publicitária determina alterações de termos que nomeiam produtos. Surgem ainda termos que são estimulados pelo aparecimento de novas atividades econômicas, principalmente às vinculadas à área tecnológica; no entanto, existem outras que são usadas indistintamente, em um exercício de sinonímia, cuja aplicação é regida pelo gênero discursivo.

Seja qual for a ocorrência – ação governamental, não-governamental, midiática, neologística ou sinonímica – a prática discursiva rege a aplicação delas de acordo com as coerções de ordem sócio-histórica, e, por conseguinte, de gênero discursivo.

No entanto, as formações discursivas revelam campos mais estabilizados, em que os usos de palavras resistem à dinâmica histórica. Geralmente, são setores em que não há ingerência estatal direta, ou que ganharam estabilidade cultural.

A materialidade do enunciado rege a aplicação deste ou daquele termo segundo a posição do sujeito. Isso revela resistência à nova ordem, porque o enunciador pode optar pelo termo em desuso, caso esteja inserido em um gênero que não exija a aplicação do novo termo.

2. Transposição de termos e campos menos estabilizados

A mobilidade da história pode ser apreendida por meio da linguagem. Na idade média, teocêntrica, os testamentos eram impregnados por motivos religiosos, pois a morte era entendida como um ritual de passagem da vida terrena à espiritual; na medida em que a concepção antropocêntrica toma lugar, esse gênero textual torna-se um documento exclusivamente cartorial, já que a morte passa a ser entendida como, unicamente, o encerramento da vida terrena. Assim, a historicidade faz existir novas práticas discursivas: um determinado momento histórico provoca a organização de enunciados referentes às formações discursivas que coexistem em uma sociedade.

A materialidade lingüística dos enunciados traz uma regularidade específica: a inserção de um termo novo, ou de um existente, mas em desuso; essa nova ordem provoca a gradativa substituição do termo até então utilizado. Desta forma, postulamos que a inserção de uma prática discursiva apresenta implicações no nível morfológico de descrição, mais especificamente, na materialidade das palavras empregadas em meio à dinâmica comunicacional.

O surgimento de novas políticas normalmente vem acompanhado pela necessidade premente de os governos renomearem os objetos dessas políticas, como uma chancela deles em relação ao objeto social modificado. Ato contínuo, a mídia tem a função de divulgar e, muitas vezes, fazer prevalecer a nova ordem. Na área educacional, como exemplo, podemos apontar ao menos três momentos distintos: *primário/ginasial*, *primeiro grau* e *ensino fundamental*. À medida que se inseriram mudanças acentuadas nas políticas educacionais, a denominação das fases de aprendizado apresentou alterações: com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o termo *ensino fundamental* é apresentado e difundido a partir de um novo estatuto que passou a vigorar, compreendendo a fase inicial (até oitava série); anteriormente essa fase se referia ao termo *primeiro grau*, a política pré-LDB, que por sua vez foi outrora instituído para substituir a política anterior que formalizara *primário* (primeira a quarta série) e *ginasial* (quinta a oitava série).

Nota-se que a nova denominação carrega vários sentidos pertinentes à nova ordem; torna-se um portal que dá acesso às representações contidas no novo e que fazem sepultar a antiga ordem. Os textos relativos às políticas governamentais dirigidas às minorias sociais revelam essa dinâmica das práticas discursivas. O termo *velho*, para designar o nunca emplacado *ancião*, foi relegado pelo preconceito e, assim, substituído por *idoso*. Hoje, quando se usa *idoso*, a semântica dessa palavra revela respeito. O

mesmo se pode afirmar do atual termo *portador de necessidades especiais* em relação à *deficiente físico* ou, mais antigamente, ao depreciativo *aleijado*; ou de *negro* ou de *cor* em relação a *preto*; ou ainda de *carente*, a *pobre*. Assim, os documentos governamentais trazem a nova denominação, à medida que há novas políticas, novos conceitos sociais; enfim, uma nova ordem social que impera.

A aplicação de *bêbado* foi paulatinamente substituída por *alcoólatra*, que por sua vez deixou espaço para *dependente (de álcool)*. Os termos se desgastam; são corroídos por preconceito, tornando-se pejorativos. Daí, há necessidade de substituição por um outro para que seja preservado o segmento em questão. Os documentos passam a conduzir o novo termo que circula pelos discursos carregando a nova ordem: o indivíduo que se embebeda em excesso tem de ser visto agora como dependente, ou seja, passivo, doente, paciente, a se tolerar; não mais, como ativo, autônomo, indesejável, impertinente. A prática discursiva revela, portanto, uma nova concepção social para essa ocorrência. O mesmo se pode afirmar da seguinte transposição: *viciado* para *dependente (químico)*.

Um caso típico de ocorrência em que a mudança ocorre fora da esfera governamental propriamente dita, mas apresenta a corrosão: o empresariado deu preferência à palavra *funcionário*, referindo-se ao trabalhador assalariado, em substituição a *empregado*; mais recente, há tendência para utilização de *colaborador*. À medida que se admitiu a importância funcional do trabalhador para o sucesso de um empreendimento empresarial, passou-se a entendê-lo como participante ativo do processo. Aliás, as próprias *empresas*, outrora nomeadas *firmas*, hoje são preferencialmente chamadas de *organizações*, e já há quem utilize *gestoras*. Esses dois termos mais recentes destacam a importância da interação entre os diversos departamentos, como um organismo; sob uma gestão que faça compor um todo a partir das partes, para o sucesso do empreendimento. Não que as *firmas* de antigamente não tivessem de ser assim; mas, é inegável que o contexto da globalização tornou a nova *gestão* empresarial absolutamente imprescindível para a sobrevivência delas.

Afora os casos anteriores, pode-se estudar outro setor menos estabilizado: a mídia publicitária. Não somente devido à típica coerção desse gênero, mas também se postulam os avanços tecnológicos como indicadores da mobilidade morfológica. A nova geração de *geladeiras* provoca uma nova ordem de produtos: *refrigeradores*; da mesma forma que os aparelhos de *ar condicionado* passam a *condicionadores de ar*. São casos em que a modernização de objetos-alvo da publicidade prescinde de renomeação para que se legitime um novo produto.

O embate institucional sobre a linguagem chega a criar termos novos a fim de que as ações se convencionem. Há pouco tempo não se ouvia dizer em *agente de saúde*, por exemplo; neologismo que não é citado no verbete “agente” em HOUAISS (2001:114).

Na prática, trata-se de um efeito de sentido que é aplicado à sociedade, sem que, com isso, chegue-se necessariamente a uma nova realidade; é um simulacro, no dizer de BAKHTIN (1992:408):

O sentido não pode (nem quer) modificar os fenômenos físicos, materiais; o sentido não pode operar como força material. E, aliás, nem precisa: ele é mais forte do que qualquer força, modifica o sentido global do acontecimento e da realidade, sem modificar o mais ínfimo de seus componentes reais (existenciais).

Tudo continua a ser como era, adquirindo um sentido absolutamente diferente (transfiguração do sentido na existência). A palavra de um texto se transfigura num contexto novo.

3. Aplicação de sinonímia em campos mais estabilizados

Nota-se que a existência de campos sociais em que os embates institucionais praticamente não ocorrem, já que representam setores não passíveis de interesse por parte dessas instituições. Isso se evidencia por meio de termos cuja semântica mantém sólida estabilidade social, embora sejam aplicações revestidas de importante carga ideológica. Refiro-me a termos como *homem*, *mulher*, *aluno*, *professor*, *trabalhador*.

A ideologia transportada por esses termos confere a eles uma alternância sinonímica de acordo com a cena enunciativa. Assim, entende-se que *homem* seja substituído por *macho*, ou por *pessoa do sexo masculino*, caso a situação assim os exija; da mesma forma que *mãe* se aplique à *mulher*; ou *discente*, *aprendiz*, *estudante* como opções contextuais para *aluno*; *tio*, *mestre*, *pesquisador*, em relação a *professor*.

A palavra *trabalhador*, devidamente estabilizada devido à ordem ideológico-cultural generalizante que representa, não sofre – e nem é conveniente que sofra – interposições ou substituições de qualquer natureza. Por outro lado, as especificações do termo são alvo de investidas e passam por estágios de usos, como *empregado*, *funcionário* e *colaborador*. *Família*, por exemplo, é outro termo mais estabilizado pelas instituições ideológicas.

Nos casos pertinentes a campos mais estabilizados, não há a prevalência de um termo em detrimento de outro, como se verifica nas ocorrências cujos termos representativos sofrem influência estatal, empresarial e/ou midiática. Nos campos mais estabilizados prevalece a aplicação sinonímica, em se respeitando logicamente à ordem situacional.

4. Resistência às novas ordens institucionais

Não se pode, no entanto, afirmar que os termos tidos em desuso não sejam efetivamente utilizados. Principalmente em contextos menos formais, é comum se observar aplicações repelidas pelas entidades governamentais, pelos meios empresariais e pela mídia. Configura-se assim uma verdadeira reação lingüística à investida institucional.

Entendemos que a reação até possa ser consciente em determinadas situações; entretanto, na maioria das vezes, ela se apresenta como consequência de uma impossibilidade de acompanhamento da dinâmica das transposições; ou ainda que o costume de se usar determinado termo prevaleça em relação ao novo proposto, até que este se convencie.

5. Considerações Finais

O desuso de um termo quando substituído por outro se deve à interferência estatal, pois os governos tendem a iniciar a viabilização de uma nova política pela concessão de um novo nome: o termo substituído não mais representa as intenções do

governo que propõe termo substituto. Trata-se de uma dinâmica que transcende o meio estatal em, ao menos, mais duas áreas: a empresarial e a da mídia. No entanto, há setores em que as próprias relações sociais estabilizaram a denominação; assim, são mais resistentes ao embate.

Ocorre que a implementação do novo termo prescinde de tempo para que seja instituído. O processo parte de contextos formais para os informais. Desta forma, há período de convivência entre os termos substituído e substituto, principalmente na esfera formal. Mesmo se se convencionar, o termo substituto convive, com maior ou menor intensidade, com o substituído, ao menos na esfera informal.

A transposição apresenta limites, pois há campos menos susceptíveis estabilizados pela ordem ideológica e reações ao uso de novos termos.

6. Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer. Querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.